

Desigualdade de direitos

EM MARCHA

na Eletrosul



Leia na pg. 2-3

O CAMINHO É COLETIVO

Aplicação do projeto Vida Viva mostra que união dos trabalhadores é o caminho contra problema da vida e do trabalho

Leia na pg. 2



ACT 2016/17 E PLR SEM AVANÇOS

Indefinições políticas afetam a negociação

Leia na pg. 3



O CAMINHO É COLETIVO

Aplicação do projeto Vida Viva mostra que união dos trabalhadores é o caminho contra problema da vida e do trabalho



Foi muito intensa a aplicação do projeto Rede Vida Viva nas Agências Regionais da Celesc de Florianópolis, Tubarão e Criciúma. Quase 400 trabalhadores/as passaram pelas oficinas com a carga horária de 08 horas cada nas três regionais. As oficinas foram ministradas pelos próprios trabalhadores/as que, treinados como monitores voluntários, discutiram a tríade VIDA, SAÚDE e TRABALHO. O trabalho foi vivenciado através do MAPPING, uma das ferramentas da Rede que se traduz numa pesquisa participativa, onde o trabalhador/a é o sujeito da ação. O objetivo é levantar os problemas da vida, da saúde e do trabalho apontando soluções para ter mais dignidade, em busca de uma "vida com qualidade" e não de "qualidade de vida".

REDE VIDA VIVA

A Rede Vida Viva surgiu de a necessidade dos sindicatos discutirem a reorganização do trabalho e dos próprios sindicatos, onde a saúde era vista como um apêndice nos acordos coletivos. Organizar os locais de trabalho em função das mudanças neste ambiente e do surgimento de novas doenças laborais agravadas pela pressão para o aumento de produtividade, o atingimento de metas, a busca pelo consumo exagerado implementado nas últimas décadas.

Diante desse novo cenário, em 2001, dez sindicatos brasileiros de várias categorias se reuniram e depois de uma autocrítica constataram que funcionavam apenas como negociadores de salário, deixando uma parte importante da vida dos trabalhadores/as sem cobertura. E pior: as doenças do trabalho no máximo eram tratadas juridicamente com reparação de danos. Nada era feito preventivamente.

A TIE Global, uma rede mundial de ativistas sindicais se interessou pela discussão, principalmente os alemães e holandeses que toparam ajudar a construir uma ferramenta para mudar este cenário e que conscientizassem sindicatos e trabalhadores/as da necessidade de uma ação mais contundente neste sentido. Baseada nos alicerces da educação popular de Paulo Freire que salienta que todos temos nossos saberes e que a realidade social pode ser melhor compreendida através destes saberes foi surgindo a didática que hoje leva os trabalhadores/as a sair do seu isolamento e os fazem compreender que apenas unidos poderão enfrentar as pressões e enxergar uma saída com o outro, ver e saber que o outro também tem problemas na vida, na saúde e no trabalho.

AS OFICINAS

Nas oficinas são realizadas diversas dinâmicas fazendo os trabalhadores/as debaterem a tríade VIDA, SAÚDE e TRABALHO de forma lúdica, a apresentação de cada um, o conhecimento de sua saúde através do mapa do corpo, de sua rotina de trabalho através do mapa do trabalho e de sua vida com o mapa do nosso mundo. Estas dinâmicas buscam a identificação de problemas, a troca de experiências, conhecendo o outro e buscando soluções coletivas.

As pesquisas realizadas com esses trabalhadores/as permitirão traçar ações efetivas de mudanças e cobranças para mudar a realidade no dia a dia de cada um como pessoa e trabalhador. "É lindo ver o crescimento das pessoas", explica um monitor. "Elas iniciam a oficina valorizando muito o seu individualismo e desmotivadas por não saber o que fazer para mudar uma realidade que as deixa doentes. Ao final há uma mudança sensível de atitude: todos concluem que é possível fazer modificações desde que façam juntos. Não há soluções individuais para o adoecimento, para os problemas da vida e do trabalho. O caminho é coletivo."

Desigualdade de direitos EM MARCHA

na Eletrosul

Eletrosul promove desigualdade de direitos entre trabalhadores, querendo alterar benefícios legais e assistenciais

Uma década após os "novos empregados" da Eletrosul conquistarem os mesmos direitos dos antigos, uma nova onda de segregação entre os atuais e os próximos trabalhadores a ingressarem na empresa se aproxima. Na época, os sindicatos que compõem a Intersul e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) já tinham como bandeira de luta nas campanhas de data-base, a luta pelo fim da CCE 09, que era o instrumento utilizado pelas empresas para diferenciar direitos entre os trabalhadores. Esta luta desencadeou a "campanha dos genéricos", simbolizando trabalhadores que realizavam tarefas iguais, com o mesmo número de horas de trabalho, mas com direitos desiguais. Não fosse a luta e o enfrentamento pelos trabalhadores, promovidos pelas entidades sindicais, os empregados admitidos após 1996 teriam até hoje de arcar com 50% de participação nas consultas médicas, de dentistas e todas as demais especialidades, assim como nos exames, usufruiriam apenas de 1/3 de pagamento de férias, não teriam direito a anuênio, entre outras perdas.

Agora, em 2016, a Eletrosul resolve realizar uma nova investida contra a equidade entre trabalhadores, querendo alterar a NG-018 que dispõe sobre seus benefícios legais e assistenciais. A intenção da empresa é impedir os trabalhadores que venham a ingressar na empresa a partir de 01/04/2016 de contarem com o Plano de Saúde da Eletrosul, contando exclusivamente com a opção de ingressar no Plano administrado pela Elosaúde. Tal manobra ou "ato de gestão", pretende extirpar dos futuros

trabalhadores a possibilidade de contar com um plano de saúde consolidado que é apontado pelos próprios trabalhadores como um dos principais benefícios e atrativos

"A julgar por essas últimas decisões administrativas da Eletrosul, o que se percebe claramente é uma marcha em curso sobre os direitos dos trabalhadores, criando entre eles um fosso de desigualdade que, em última instância, prejudica o clima organizacional e a autoestima daqueles que trabalham num mesmo local"

para trabalhar na Eletrosul. A atitude da Eletrosul deixa clara a intenção de extinção do plano próprio administrado pela empresa, contrariando o interesse dos trabalhadores e em total descumprimento do acordo coletivo de trabalho, pelo qual nenhuma alteração de NG que dis-

põem sobre direitos e benefícios pode ser alterada unilateralmente, sem negociação com as entidades sindicais, que absolutamente não concordam com esta iniciativa.

Cabe lembrar que de 2010 para cá a Eletrosul já acumula outras iniciativas em prol da desigualdade de direitos entre seus trabalhadores, como é o caso daqueles que ingressaram após dezembro de 2009 e não puderam escolher entre aderir ao Plano BD ou CD da Fundação Elos, tampouco ter o direito de contribuir com o valor máximo de 100% do Plano CD. Os trabalhadores, chamados pelo mesmo concurso público, mas que por sorte ingressaram após dezembro de 2009, acabaram tendo os direitos originais preservados. O resultado disso é que, ao completar o tempo de aposentadoria, os trabalhadores que ingressaram após dezembro de 2009 terão uma poupança acumulada menor e, por conta disso, precisarão trabalhar mais tempo caso queiram adquirir um saldo acumulado semelhante aos de seus colegas ingressados até dezembro de 2009. Um exemplo de insensibilidade administrativa e cisão de direitos entre trabalhadores ingressados numa mesma época.

A julgar por essas últimas decisões administrativas da Eletrosul, o que se percebe claramente é uma marcha em curso sobre os direitos dos trabalhadores, criando entre eles um fosso de desigualdade que, em última instância, prejudica o clima organizacional e a autoestima daqueles que trabalham num mesmo local. Uma marcha que, para fins de direito, só pode ser definida como "marcha ré".

ELETROSUL/ELETOBRAS

ACT 2016/2017 E ACORDO DE PLR SEGUEM SEM AVANÇOS

Indefinições políticas afetam a negociação

O Coletivo Nacional dos Eletricitários encaminhou assembleias informativas que ocorreram em diversas bases de todas as empresas do Grupo Eletrobras no dia 10/05/2016. Os informes realizados indicam uma grande indefinição por parte da Eletrobras, que depois de intensas reuniões e debates ocorridos nos dias 5 e 6 entre o CNE e a Eletrobras, nenhuma proposta concreta foi apresentada pela Holding. Segundo informações colhidas pelos sindicatos no DEST, a Eletrobras sequer encaminhou ao órgão uma consulta sobre o ACT 2016/2017. Quanto à PLR 2015, o próprio DEST informou aos dirigentes sindicais do CNE que não cabe ao DEST nenhuma definição já que o TST se manifestou sobre as bases do acordo durante as negociações do ano anterior.

No dia 10/05/2016 o CNE protocolou correspondência na Eletrobras, buscando agendar nova reunião com a Eletrobras para dar urgentemente prosseguimento às negociações do ACT2016/2017 bem como tratativas para o pagamento da PLR 2015. A reunião a ser confirmada poderá ocorrer no próximo dia 18/05/2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis – SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutária, CONVOCA todos os associados e não associados da base territorial do Sindicato, empresa Celesc para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 12.05.2016 (quinta-feira), às 08h00min., em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 08h30min., em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, no pátio da Agência Regional de Florianópolis, sito à Avenida Governador Ivo Silveira, nº 2389 – Capoeiras – Florianópolis/SC, e demais locais de trabalho durante todo o dia, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

- 01 – Informes;
- 02 – Eleição de delegados para participarem nos dias 9 e 10 de junho dos Seminários Regionais (prorrogação da concessão e representação dos trabalhadores);
- 03 – Discutir o resultado da PLR 2015 ARFLO
- 04 – Paralisação por 24 horas nos locais de trabalho da ARFLO no dia 16 de maio.
- 05 – Outros

Florianópolis, 09 de maio de 2016.
DIRETORIA COLEGIADA



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)

Conselho Editorial: Mario Jorge Maia
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | (047) 3028-2161 |
E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Carta do Povo



SEM MEDO

No último ano e meio iniciamos a construção de uma nova Frente de Mobilização disposta a encarar as ruas como cenário principal da política. Nesse período, organizamos diversas mobilizações sociais em todo o país denunciando o avanço conservador no Congresso, expresso por medidas como o Projeto de Lei de Terceirizações e a Proposta de Redução da

Maioridade Penal, e nas ruas, expresso por uma direita preconceituosa e raivosa que passou a mostrar as caras na defesa de seus privilégios. Avançamos também na luta contra o ajuste fiscal imposto pelo governo federal que representou uma verdadeira sangria nos direitos dos trabalhadores.

Essa trajetória foi fundamental para delinear as características da Frente Povo Sem Medo, marcada pela combatividade, independência política e compromisso com a construção de mobilizações.

Nos últimos meses, no Brasil, assistimos a escalada de um projeto golpista, com o objetivo de levar ao Impeachment a Presidente Dilma Rousseff, sustentado por uma mídia defensora das elites, um judiciário parcial e um Congresso reacionário e corrupto, que tinha como líder o deputado Eduardo Cunha, com vasta ficha criminal. Nesse cenário a Povo Sem Medo não titubeou em denunciar o golpe e defender a democracia. Colocou-se nas ruas em diversas capitais, organizando grandes mobilizações. No entanto, reconhecemos em todo o processo as críticas devidas ao governo federal, que, com seu modelo de ajuste econômico, penalizou os trabalhadores.

"O grande acordo das elites em torno do futuro governo Temer anuncia os retrocessos que virão. Ampliação do ajuste econômico com cortes ainda maiores, retirada de direitos trabalhistas, ampliação das privatizações e redução dos subsídios para programas sociais como Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família formam a agenda a ser combatida no próximo período"

O grande acordo das elites em torno do futuro governo Temer anuncia os retrocessos que virão. Ampliação do ajuste econômico com cortes ainda maiores, retirada de direitos trabalhistas, ampliação das privatizações e redução dos subsídios para programas sociais como Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família formam a agenda a ser combatida no próximo período.

A Frente Povo Sem Medo seguirá na luta pela democracia e não reconhecerá um governo fruto de um golpe. O Governo Temer é ilegítimo e será combatido nas ruas. Seguiremos também apresentando nossas propostas. Só

sairemos da crise se encarmos de fato as necessárias reformas populares: reforma tributária com taxação de grandes fortunas, reforma política com fim do financiamento privado de campanhas, reformas urbana e agrária e democratização das comunicações!

Para isso é necessário nos empenharmos na construção de uma frente mais organizada e articulada nacionalmente. Devemos enfrentar, no próximo período, o desafio de crescimento nacional com o lançamento da Povo Sem Medo em novos estados e a formação de Secretarias Operativas Estaduais. É fundamental também avançar na consolidação de uma Comissão de Comunicação e na construção de campanhas nacionais e plenárias estaduais.

O desafio é grande, será necessário muita resistência, mas num momento em que a política inunda as ruas a Povo Sem Medo pode se consolidar como uma referência real para as mobilizações!

